

OFÍCIO Nº210/2017

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2017

Aos

Excelentíssimos Senhores Parlamentares

Vossas Excelências:

A Associação Mineira de Municípios (AMM) ao longo dos seus 65 anos de existência vem defendendo os interesses municipalistas com os diversos níveis de governo – estadual e federal – e de poder – Executivo, Legislativo e Judiciário.

A Associação recentemente elegeu sua nova diretoria que, em conjunto com os Prefeitos Mineiros, buscou ouvir dos Colegas quais devem ser as principais matérias, ações e reivindicações a serem defendidas e pleiteadas em favor da causa municipalista.

Assim, solicitamos, à Vossa Excelência, apoio para colocar em pauta e em votação os projetos legislativos abaixo transcritos, que estão em tramitação na Presidência da República, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, por entendermos que os mesmos contribuem com o desenvolvimento municipal.

As pautas encaminhadas farão parte de um documento político e técnico e, por isso, contamos com toda a sensibilidade e comprometimento de Vossas Senhorias, nossos Parlamentares.

Reiterando os nossos protestos de elevada estima e consideração, no aguardo de breve retorno, antecipamos os nossos agradecimentos.

Saudações Municipalistas,

Julvan Rezende Araujo Lacerda
Presidente AMM
Prefeito de Moema

PAUTA POLÍTICO INSTITUCIONAL – ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS (AMM)

PAUTA PRIORITÁRIA – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Apoio Financeiro aos Municípios. OF_944_CNM. Os Prefeitos (as) do Brasil requerem à Presidência a edição de uma Medida Provisória para um Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) de forma emergencial de R\$ 4 Bilhões.

PAUTA PRIORITÁRIA – CÂMARA DOS DEPUTADOS

TRAMITAÇÃO	TEMA/EMENTA
PLENÁRIO	<p>Piso do Magistério. PL 3.776/2008, do Executivo, que “determina que a atualização do piso salarial do magistério público da educação básica seja feita pelo INPC”.</p> <p>_Explicações: A proposição aguarda deliberação do Recurso 108/2011 pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Se esse recurso for rejeitado, a Câmara dos Deputados deve enviar o texto original do PL 3.776/08 à sanção presidencial.</p>
	<p>Resíduos Sólidos. PL 2289/2015, de autoria do Senado Federal, que “prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos sólidos”.</p> <p>Explicações: A proposta amplia o prazo para que os Municípios promovam disposição final adequada dos rejeitos, <u>usando critério temporal e populacional</u>. Este prazo encerrou-se em agosto de 2014. O texto foi aprovado pelo Senado Federal e busca-se sua confirmação pela Câmara dos Deputados para que seja encaminhado à sanção presidencial. Se modificado deve retornar ao Senado Federal.</p>
	<p>Consórcios CLT. PL 2.543/2015, de autoria do Senado Federal, para estabelecer que, no consórcio público com personalidade jurídica de direito público, o pessoal seja regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).</p>
	<p>Consórcios CAUC. PL 2.542/2015, de autoria do Senado Federal, que acrescenta parágrafo único ao art. 14 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para limitar as exigências legais de regularidade, quando da celebração de convênios com a União, ao próprio consórcio público envolvido, sem estendê-las aos entes federativos nele consorciados.</p>
	<p>Precatórios. PEC 212/2016, de autoria do senador José Serra (PSDB/SP), que “Acrescenta art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir novo regime especial de pagamento de precatórios”. Aprovar a versão do Senado que prorroga em 10 anos o pagamento.</p>
	<p>Agentes Comunitários. PEC 22/2011, de autoria do deputado Valtenir Pereira (PSB/MT), para dispor sobre a política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias. (Contra).</p> <p>Explicações: Estima-se que o impacto com a aprovação da proposição chegará a 3,7 bilhões, o que representa a um aumento de 94,7% nas despesas dos municípios se comparado à regra anterior.</p>

COMISSÃO ESPECIAL	Encargo vinculado ao repasse necessário - PEC 122/2015 , do Senado Federal, que "proíbe a imposição e a transferência, por lei, de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como proibir a criação ou o aumento de despesa que não conste da lei orçamentária anual ou do projeto de lei orçamentária anual enviado pelo chefe do Executivo, nos termos que especifica".
	Legitimação ADI e ADC. PEC 253/2016 , de autoria do senado federal, que "altera o art. 103 da Constituição Federal para permitir que entidade de representação de Municípios de âmbito nacional possa propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade".
	Segurança Pública Municipal. PEC 275/2016 , de autoria do deputado Cabo Sabino, que Inclui a guarda municipal entre os órgãos de segurança pública. (Contra) . Explicações: A matéria é inconstitucional, ademais os municípios não teriam condições de arcar com mais esse custo.
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO	Conselho de Gestão Fiscal. PL 3.744/2000 , de autoria do Poder Executivo, que institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000.
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	Simplificação da Prestação de Contas - PEC 362/17 (PEC 77/15 SF) , que estabelece que os órgãos e as entidades da administração pública dispensarão os Municípios de menor porte, assim definidos em lei, tratamento jurídico diferenciado, com vistas a simplificar a liberação de recursos e a fiscalização das contas prestadas, inclusive de transferências voluntárias.

PAUTA PRIORITÁRIA – SENADO FEDERAL

TRAMITAÇÃO	TEMA/EMENTA
PLENÁRIO	PDS 18/2016 – Reestabelece o IRRF dos terceirizados aos Municípios.
COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	Emendas ao PLOA direcionadas ao FPE e FPM. PEC 61/2015 , altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.
	1% ao FPM. PEC 29/2017 , que altera o art. 159 da Constituição Federal para disciplinar a distribuição de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Aguarda distribuição de relatoria.
	Guardas Municipais na Fronteira. PEC 52/2009 , do senado federal, que "altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais". (Contra)

PAUTA PRIORITÁRIA - CONGRESSO NACIONAL

VETO 30/17. Mensagem 371/2017. PLV 25/17, oriundo da MPV 778/17 (transformada na Lei 13.485/17) , que trata do parcelamento de dívidas previdenciárias de estados e municípios com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Vetado os artigos 11 e 12 do Projeto de Conversão.
PLN 20/2017. Emendas ao PLOA 2018. OF_992_17_CNM. Os prefeitos requerem a revisão das dotações orçamentárias vinculadas à execução municipal. Ex.: Reversão do corte de 99% da Assistência Social e 42% na educação básica e 14% no financiamento do SUS.